A SEMANA
na África
Clipping sobre PALOP e África Austral

12 a 18 de Abril de 1992 Nº 33

ANGOLA: Savimbi tenta ultrapassar a crise; a terceira força não decola; e o governo faz mudanças na administração e na Economia.

A tática de Tony da Costa e N'zau Puna, dissidentes da UNITA, tem sido a de liberar as preciosas informações que possuem acerca da organização, de forma gradual, visando desta forma minar a credibilidade de Jonas Savimbi. Este, por sua vez, procura diblar as acusações afirmando que a abertura de um inquérito internacional neste momento pré-eleitoral é desaconselhável, pois dispersaria as atenções na organização das eleições. O líder da UNITA sabe que o desgaste de um inquérito do tipo proposto, poderá ser fatal para as suas pretensões políticas.

Savimbi deixou claro, em entrevista recente ao Público que suas baterias estão voltadas para o plano internacional, tentando desta forma acalmar os problemas internos. É possível que sua estratégia passe pela montagem de um cenário de apoio internacional ao MPLA, para poder então acusar o partido de José Eduardo de estar se comprometendo e, consequentemente, também o país, com os investidores internacionais. As primeiras críticas vão em direção a Lisboa e a Madrid. É a tentativa de suspender os ataques a UNITA, apresentando novas questões ao debate político.

Todavia, esta estratégia deveria ser acompanhada de uma reformulação na estrutura da UNITA, que continua organizada em moldes militares, o que certamente dificulta a sua inserção na vida civil.

As recentes acusações à UNITA foram o fator principal na substituição de James Baker por Herman Cohen para visitar Angola. As desculpas apresentadas por Savimbi não foram satisfatórias e o secretário de Estado precisava demonstrar a insatisfação do governo americano com o seu protegido. A visita pretende impulsionar o processo de desmobilização das tropas.

NESTA EDIÇÃO:

Entrevista de Jonas Savimbi ao público p.02

Artigo do sociólogo Alfredo Margarido sobre Savimbi p.05

Investimentos em Moçambique p.08

MLSTP quer derrubar o governo p.11

Rei Zulu em Lisboa p.12

A idéia de uma terceira força no processo angolano de democratização parece enfraquecer. O PRD que assumiria tal papel, não consegue decolar. A sua última tentativa de ocupar um lugar de maior destaque, foi através da campanha para a organização de um inquérito internacional, que buscasse averiguar o problema da violação dos direitos humanos em Angola. Este inquérito englobaria não só o atual caso da UNITA, mas também as prisões feitas pelo MPLA, quando da revolta de Nito Alves em 1977. Desta forma o PRD buscaria ocupar o lugar de defensor da cidadania. No entanto, ao que parece não obteve a repercussão necessária e a idéia tende a naufragar. Da mesma forma a reivindicação de Holden Roberto, quanto à necessidade de um governo de transição, parece não encontrar ouvintes.

O MPLA aproveita o momento de tensão para remodelar a sua administração. Lopo do Nascimento deixa o cargo de Ministro da Administração do território e assume a direção da campanha eleitoral do Partido. Em seu lugar entra Antônio Paulo Kassoma, que detinha a pasta dos transportes, que será ocupada por André Luiz Brandão. O governo, porém, não para por aí e deve anunciar brevemente uma nova desvalorização do Kwanza. (pp.01 a 05)

Informativo de circulação restrita editado pelo Programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS — CEAA do Conjunto Universitário Candido Mendes.

Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembléia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622 R. 259; 221-3536; Fax: (5521) 2324782. Rio de Janeiro — Brasil Cep: 20011.

ÁFRICA DO SUL:

Após o resultado do referendo de 17 de março, no qual a maioria absoluta da população branca manifestou-se favorável à continuação do processo de negociação de uma nova ordem política entre o governo e um amplo conjunto de organizações, a África do Sul vem obtendo um rápido reconhecimento internacional. Durante uma visita que realizou à Nigéria, o presidente sul-africano F.W. de Klerk conversou com o presidente deste país, o general Ibrahim Babangida, que atualmente também preside a OUA, acerca da possibilidade de integração da África do Sul a esta organização. Diversos países demonstraram inequivocamente a sua disposição de estabelecer um novo tipo de relação com a África do Sul, seja através da instalação de uma representação formal (Brasil), seja através de visitas ou reuniões de ministros (Canadá, Zimbábue); a Comunidade Européia suspendeu as sanções sobre as exportações de petróleo, assim como as que envolvem os campos científico, desportivo e cultural (permanecem as relativas à compra e venda de armamentos e à cooperação militar); o presidente do Banco Africano de Desenvolvimento, Babacar N'Diaye declarou-se esperançoso de que a África do Sul filie-se a esta instituição antes do fim de 1994 (a admissão na OUA é requisito para ser membro do BAD). Nesta mesma entrevista N'Diaye desaconselhou que o novo governo do país proceda a nacionalizações, tradicional bandeira do ANC; este, todavia, aparentemente pretende rever a sua política nesta área.

No plano interno a situação é menos favorável. O primeiro comício de uma campanha do Partido Nacional entre as populações não brancas, que se realizaria na zona Mitchell 's Plains, na província do Cabo, no dia 11 de abril, foi cancelado, depois que a comitiva do presidente De Klerk foi apredejada, sem que ficasse esclarecido quem foram os responsáveis pelo ataque; no dia anterior, um cortejo no qual tomava parte Nelson Mandela fora atacado a tiros, sem maiores consequências, no norte da província de Natal. Malgrado está violência, continuam as negociações, e conta-se com a pressão externa para que movimentos extremistas de esquerda, como o PAC, entrem para a CODESA, esperando-se ainda uma (difícil) adesão dos grupos de extrema direita. (pp. 11 - 12)

MOÇAMBIQUE: Conversações lentas, seca, fome, investimentos, turismo ...

A Renamo negou qualquer responsabilidade pelos sucessivos ataques às populações das cidades. Seus alvos seriam apenas os corredores da Beira e do Limpopo. Os saques das cidades e vilas mais importantes seriam ações da Frelimo.

Quanto às conversações em Roma, embora a Renamo não queira fixar prazos, afirma que o cessar-fogo depende da suspensão de alguns artigos constitucionais "imcompatíveis com a democratização do país", para só a partir de então avançar sobre questões militares.

Segundo alguns analistas, a grave seca que afeta a África Austral, ao norte e ao sul de Moçambique poderá precipitar o fim da guerra. Sinceramente, nisto não acreditamos. A situação moçambicana, se deixada sob ações (e não ações) da Frelimo e da Renamo podem vir a beirar o caos.

O agravamento da seca, da fome, do número de refugiados, dos saques, dos assassinatos, a continuidade da lentidão das negociações, tudo isto a alguém deve beneficiar.

Acreditamos que a possível proximidade do caos deva ser um fator mobilizador dos interesses internos e externos para que se ponha um fim ininterrupta sucessão de catástrofes em Moçambique. (pp. 7, 8 e 9)

CABO VERDE: Acusações de corrupção envolvem Luanda.

As denúncias de irregularidades na compra de dois aviões "Brasília", que foram divulgadas pela imprensa cabo-verdiana, envolviam altos funcionários do governo angolano. Em resposta a esta situação, Luanda enviou um comunicado, à Cidade da Praia, exigindo uma satisfação quanto ao envolvimento de seus funcionários.

O fato teria ocorrido durante a presidência de Aristides Pereira, segundo Pedro Pires, antigo primeiro-ministro, trata-se de uma tentativa de destruir o PAICV.

A situação agravou-se na última semana com o anúncio da abertura de um processo para investigar o caso, na qual são citados nominalmente altos funcionários da Presidência Angolana. O processo relata a cedência por parte do governo de Aristides Pereira a Angola de dois aviões "ANTONOV-26" que estavam com problemas técnicos. O governo angolano se comprometeria a disponibilizar meios financeiros para a compra de dois aviões brasileiros do tipo "Brasília". Nesta última operação teriam ocorrido as irregularidades. Após o conhecimento do processo José Eduardo enviou uma mensagem de "veemente protesto", acusando Cabo Verde de "ato inamistoso" e "contrário ao espírito dos cinco". O presidente angolano sabe as consequências internas de mais uma acusação de corrupção ao seu governo. (p. 06)

"Voltaremos a Angola antes das eleições"

Entrevista de Adelino Gomes

PÚBLICO DOMINGO, 12 ABRIL 1992

PÚBLICO — Jonas Savimbi diz, na edição de quinta-feira passada deste jornal, que Miguel N'Zau Puna presidiu ao interrogatório de Tito Chingunji e Wilson Santos. E que Salupeto Pena [indicado por Puna, numa declaração lida aos microfones da Voz da América, como tendo presidido ao seu julgamento — ver PÚBLICO de 3-4-92] o substituiu apenas quando ambos foram para a África do Sul. Em que data decorreu esse interrogatório?

MIGUEL N'ZAU PUNA — Me recordo exactamente, [illegible] o interrogatório foi na primeira quinzena de Fevereiro de 1989.

P. — E esteve presente?

M.N.P. — Estive. Fiz parte da mesa. Mas os interrogatórios foram orientados pelo Salupeto [Pena, sobrinho do líder da UNITA].

P. — Quanto tempo durou o julgamento?

M.N.P. — Uma semana.

P. — E qual foi o resultado?

M.N.P. — O [Jeremias] Chitunda [actual vice-presidente] ficou implicado [de ligações à CIA], o Tito, o Wilson, a Ana Isabel [mulher de Savimbi] ficaram implicados e, a partir desse momento, foi decidido que receberiam um castigo, mas não se definiu para além da detenção.

P. — Quer dizer que não houve uma sentença?

M.N.P. — Foram considerados culpados.

P. — O senhor, portanto, é responsável também pelo julgamento!

M.N.P. — Aquilo foi um julgamento público. Todos os considerámos culpados. Mas não foi definida nenhuma sentença.

P. — Essa é uma situação habitual na UNITA? Há um julgamento, apura-se quem é culpado. E a sentença, quem a decide?

M.N.P. — A punição faz-se nos termos da lei vigente da Constituição da UNITA.

P. — E, à face da lei da UNITA, que penas implicavam os crimes de que eles foram considerados culpados?

M.N.P. — Pena capital.

P. — Logo, o senhor é co-responsável pela morte deles, pois também os considerou culpados!

M.N.P. — Não se concordou com a pena de morte, mas sim que eles colaboraram com o inimigo. Não foi só a mesa, mas todos os membros do Bureau Político do partido presentes. Quanto à sentença, geralmente, na UNITA, os culpados não detidos e, depois de um certo tempo, quando o presidente [Savimbi] o entender, comuta a pena e as pessoas voltam à vida normal. Nunca o comité da UNITA decidiu sobre a pena de morte de alguém.

P. — Quem estava na mesa?

M.N.P. — Cinco pessoas: eu, o Salupeto, o Chaka [Marta] e outros de que já não faço ideia.

P. — Deram depois conhecimento ao presidente do resultado do julgamento?

M.N.P. — O processo já estava feito. É um arranjo da acusação passar publicamente. As pessoas já estavam influenciadas: que o Tito errou nisto, errou naquilo, etc.

P. — O senhor nunca perguntou a Jonas Savimbi qual a decisão final que ele tomou? Afinal, passaram dois anos sobre o julgamento...

M.N.P. — Não podia, porque isso é corrente na UNITA. Os culpados são detidos numa prisão controlada directamente pelos seus homens. E, quando ele achar que devem ser reabilitados, são-no. Os que desaparecem, ele não dá satisfações a ninguém. Nunca vai ao comité dizer: 'fulano desapareceu'. Nós é que sentimos o desaparecimento. Nos comités restritos, que ele organiza "ad hoc", decide-se essa punição.

P. — Participou nalgum deles?

M.N.P. — Para dizer que vamos executar fulano? Nunca.

P. — Na entrevista ao PÚBLICO, Savimbi recorda que, além de número dois da UNITA, o senhor detinha três cargos: secretário-geral, responsável da clandestinidade e coordenador da segurança...

M.N.P. — Na UNITA, um responsável é apenas o executante do que foi decidido pela direcção, na pessoa de Jonas Savimbi. Ninguém pode decidir por si próprio. E tudo o que se faz deve ser reportado a ele. Fui secretário-geral de 1967 a 1991, mas número dois, nominalmente, até ao VI Congresso, que se realizou em 1986. A partir daí, o Chitunda passou a número dois.

P. — Savimbi interrogase com razão: se um homem que é secretário-geral, detém a informação da espionagem [clandestinidade] e coordena a segurança não tem poder, então o que é o poder?

M.N.P. — Ele não tem nenhum despacho a dizer que fui nomeado coordenador da segurança. Passo a sê-lo em 1991, quando fui nomeado ministro do Interior, da Lei e da Ordem. Mas há assuntos que são da exclusiva competência do presidente, que tinha homens e uma polícia próprias. Comandei a polícia de segurança pública, mas essa toda a gente conhece e sabe que não cometeu estas atrocidades. O desaparecimento dos dirigentes e de outros quadros foi feito pela tal segurança do presidente. Toda a gente na Jamba sabe.

Tribalismo

P. — Que razões podem ter levado Savimbi a cometer aqueles crimes em tempo de paz, quando o podia ter feito durante a guerra, sem os custos políticos de agora?

M.N.P. — As pessoas não conhecem o Savimbi. Tem uma capacidade de persuasão e manobra que não imaginam. Está agora a obrigar gente com quem nunca trabalhei a dizer que trabalhou comigo! Na última visita que fez aos EUA, prometeu que o Tito e o Wilson iriam a Luanda, no fim de Dezembro. Se os tinha, por que é que os não mandou?

P. — Quando é que acha que eles foram mortos?

M.N.P. — Em Agosto de 1991. Como já contei, ele pediu-me, antes de irmos para Luanda, que, como ministro do Interior e "companheiro de longa caminhada", aceitasse a responsabilidade da punição, que ele dar-me-ia a cobertura necessária, até porque tinha a certeza de que a UNITA ganharia as eleições e eu não tinha a temer absolutamente nada. É a partir daqui que as nossas desavenças começam. Só podia aceitar a responsabilidade de elementos que tivessem sido eliminados com o meu conhecimento.

P. — Já agora, que elementos foram eliminados com o seu conhecimento?

M.N.P. — Não há. Nunca nenhum comité decidiu tal pena. O sistema da UNITA baseia-se na reabilitação. Mas a verdade é que as pessoas foram desaparecendo. Curiosamente, alguns com penas não muito graves desapareceram, enquanto outros com penas mais graves foram reabilitados.

P. — A direcção da UNITA acusa-o de irregularidades — no abuso de linguagem, na libertação de presos — e há quem o tenha mesmo definido como um dos homens mais brutais da organização. Foi por isso que fugiu? Com medo do inquérito?

M.N.P. — Alguém poderá dizer que alguma vez na minha presença se contestou a minha actuação? Nunca fiz nada que não tivesse sido mandatado para fazer. Quando compreendi que a UNITA era essencialmente tribalista...

P. — ... demorou 26 anos a descobrir?

M.N.P. — ... não é 26 anos. Quando se fez a primeira guerra anticolonial, não existiam essas manifestações. O Savimbi e eu até estávamos a lutar numa área que não era da nossa tribo. Quando passámos para a segunda guerra, contra os russos e os cubanos, as manifestações tribais começaram a aparecer, mas o que é que podíamos fazer? Tínhamos à nossa frente um inimigo colossal, e era preciso aturar tudo, para derrotar o adversário.

UNITA já não será a mesma

P. — Por que é que não tentaram uma rebelião dentro da UNITA?

M.N.P. — Os que tentaram desapareceram. Todos. Há um homem que impera. Já reparou: um indivíduo é punido, mas é mobilizado para dizer que não foi punido. O Demóstenes [Chilingutila, brigadeiro] ou o vice-presidente [Jeremias Chitunda], por exemplo. Agora dizem que não foram castigados. Quem dirigiu o tribunal onde o Chitunda foi julgado fui eu. Mas não sei dizer a "porrada" que lhe deram para aceitar que era agente da CIA...

P. — Os senhores, quando saem da UNITA, é para a mudar?

M.N.P. — A UNITA já não será a mesma coisa. As pessoas vão beneficiar.

P. — Mas querem voltar?

M.N.P. — Mudando a metodologia, a forma de actuação, se a UNITA se tornar mais aberta e democrática, por que não?

P. — Quer dizer que o vosso futuro não vai ficar confinado à luta em Cabinda, como se pensou inicialmente?

TONY DA COSTA FERNANDES — De maneira nenhuma. Há todo um trabalho a fazer dentro da UNITA. Foi talvez uma coincidência feliz esta de sermos aparentados e de Cabinda. Mas não éramos só nós os dois a pôr em causa as irregularidades dentro da UNITA. Discutimo-las com vários colegas de outras tribos, não podemos agui revelar quem. Vamos tentar primeiro que haja um debate para se discutir os princípios democráticos do partido. Todo o Ocidente compreendeu que não há liberdade na UNITA. Há um homem, alérgico ao poder dos outros, que manda e mandou sempre.

P. — Que vão fazer no imediato?

T.C.F. — Começámos já a contactar as personalidades que estão no exterior, e não muitas. Se não for possível a democratização da UNITA, teremos de pensar noutra coisa. Mas as eleições são já em Setembro — não há maneira de formar outro partido.

Unir forças em Cabinda

P. — Savimbi diz que só se cometer um grande erro é que a UNITA não ganhará as eleições. Acham que sim?

→

M.N.P. — A UNITA poderá ganhar, mas não com a maioria que se pensava. Os erros que ele cometeu são tão graves que, a serem conhecidos pelos angolanos e pelo mundo, vão diminuir enormemente a sua capacidade de ser um dos dirigentes mais capazes na Angola de hoje.

P. — General Costa Fernandes: se a UNITA ganhar, o que farão os senhores?

T.C.F. — Desde que seja o povo a escolher a UNITA e o seu presidente, Savimbi será o Presidente de todos os angolanos e meu também.

P. — Virar-se-á então mais para a luta em Cabinda?

T.C.F. — Isso já estou, como estive sempre, porque a UNITA nos deu condições para isso. Mas também já dei o meu contributo para que em Angola haja um governo realmente angolano e democrático.

P. — Savimbi defende que primeiro se realizem as eleições gerais e depois, então, um referendo em Cabinda. Qual é a opinião do general Puna?

M.N.P. — Já que a situação está complexa (não ainda explosiva), era necessário que o governo e os partidos definissem na Constituição o futuro de Cabinda. Para depois se consultar a população de Cabinda.

P. — Vão-se juntar à FLEC [Frente de Libertação do Enclave de Cabinda]?

T.C.F. — Qual delas? Há pelo menos umas cinco... Temos contactos com alguns chefes de algumas delas, em Paris e na Suíça, pensamos brevemente encontrar outros, mas não posso revelar quais. O nosso objectivo é a unificação das forças patrióticas de Cabinda.

P. — Onde estão os 20 mil homens armados que os senhores dizem que o presidente da UNITA conseguiu subtrair ao controlo?

T.C.F. — Savimbi diz que não os tem, mas eles existem. Estão não muito longe da Jamba. A umas seis horas. Uma vez que nós o denunciámos, podem ter mudado de posições. Mas, como sabe, na era colonial o Cuando Cubango chamava-se Terras do Fim do Mundo. A existência dessa força está a prejudicar a alimentação da população da Jamba.

Num buraco, 24 horas por dia

P. — Em que condições esteve o general (T.C.F.) preso na Jamba?

T.C.F. — Duas vezes. Em péssimas condições. Num buraco. Por razões que nunca me foram justificadas. Com quatro guardas fora 24 horas sobre 24. Passei mal. Não gostaria de falar disso.

P. — General Puna: saiu com que passaporte, de Angola? O MPLA ajudou-o?

M.N.P. — Agora é que procurei um passaporte. Saí por outros meios. Não contactei nenhuma personalidade do MPLA. Um compatriota que se encontrava no exterior é que fez os arranjos...

P. — ... José N'Dele [antigo primeiro-ministro da UNITA no Governo de transição, em 1975, actualmente na Suíça]?

M.N.P. — ... ele fez os arranjos todos. Saí num avião pequeno, privado, que não é do Presidente Dos Santos.

P. — Os senhores, em Portugal, sentiram-se ou não "prisioneiros" dos serviços secretos?

T.C.F. — Não é verdade. Nenhuma pressão.

P. — Nem mesmo no caso da ida à RTP para o programa de Joaquim Letria?

T.C.F. — Isso seria uma conversa longa. Mas a história, em resumo, é esta: eu tinha acabado de chegar do estrangeiro, doente. E o Puna não queria ir sozinho, porque haveria certamente perguntas a que não estava em condições de responder.

P. — Pensam regressar? Quando?

T.C.F. — Vamos voltar a Angola, claro. Antes das eleições. Tem que ser.

P. — Que pensam do Presidente José Eduardo dos Santos?

T.C.F. — Sinceramente, não o conheço bem. Estive com ele duas vezes na companhia do presidente da UNITA no futungo Belas. Tudo o que tenho lido dele é que é uma pessoa disposta a fazer o melhor.

M.N.P. — Só me encontrei uma vez com ele, nos cumprimentos, em Lisboa, quando foi dos acordos de Bicesse, e depois no primeiro contacto da UNITA, em Luanda. Tenho-o visto ultimamente na televisão.

P. — E de Holden Roberto?

T.C.F. — Trabalhei com ele em tempos que já lá vão. Era também intransigente, mas o tempo bateu sobre ele, e penso que está mais aberto. Não tem qualquer hipótese de governar Angola.

M.N.P. — Também trabalhei com ele. Saímos exactamente porque ele não tinha compreendido o problema de Angola. E, sobretudo, o colonialismo que estávamos a combater. O colonialismo português não era igual ao belga, como ele tinha pensado. Voltou agora, a forma de abordar os problemas já é diferente, mas penso o mesmo que o meu colega.

P. — Joaquim Pinto de Andrade?

T.C.F. — Foi meu professor quando andei no seminário em Luanda. É uma pessoa que respeito nas suas qualidades e virtudes. Só que, na política, as qualidades e virtudes só não chegam. É preciso mais.

M.N.P. — Conheço-o pessoalmente e não ponho de parte a sua capacidade. Mas, no caso do conflito angolano, é preciso também ter os meios e a força de o fazer.

P. — Acham que vai haver guerra?

T.C.F. — Não acho. Não vejo razões. Se bem que fiquei bastante triste de ouvir isso da boca do presidente da UNITA, num discurso que ele fez há uns dez dias na Jamba. Penso que o povo angolano nunca mais vai admitir que se faça uma guerra. ■

PÚBLICO
DOMINGO, 12 ABRIL 1992

Jonas Savimbi ao PÚBLICO QUINTA-FEIRA, 9 ABRIL 1992

"O meu feitio não dá com o de Cavaco Silva"

António Matos

A entrevista, de cerca de uma hora, decorreu, na tarde de terça-feira na capital angolana, numa residência do bairro *Miramar*, onde a concentração de tropas das FALA não deixa dúvidas sobre qual é a casa habitada por Savimbi. Sentado na varanda, entre vários elementos do seu "staff", o presidente da UNITA parecia descontrair-se depois do almoço. Mas não: "Eu não almoço. Como bem de manhã e depois só janto." Uma sala acolhedora, no rés-do-chão, estava preparada para a entrevista, que decorreria num ambiente distendido e seria registada por uma câmara de vídeo e um gravador dos serviços de informação do partido.

PÚBLICO — Tony da Costa Fernandes negou que N'Zau Puna tivesse intervindo no processo que levou à morte de Tito Chingunji e Wilson Santos, pois ele não tinha poder dentro da UNITA para julgar ou matar alguém. Pode comentar?

JONAS SAVIMBI — Primeiro, eu não quero entrar em controvérsias com o Tony ou com o Puna. Foram meus amigos e a saída deles foi para mim um grande choque. Logo, não quero falar mal. Eles, se querem falar mal, podem falar mal. [silêncio] Só que toda a Jamba sabe, e a UNITA, que o Puna era o "número dois" da organização. Era o único que tinha três pelouros: secretário-geral, chefe da clandestinidade e coordenador da segurança. Se isto não é poder...

P. — O director para África do Centro de Estudos Estratégicos Internacionais dos Estados Unidos propôs um inquérito sobre a violação dos direitos humanos em Angola, a realizar pela Cruz Vermelha, pela Amnistia Internacional e pela Africa Watch, sob a égide das Nações Unidas. Que lhe parece?

R. — Estou de acordo. [hesitação] Mas, para debater a questão dos direitos humanos, tem que entrar a UPA, que fez a guerra primeiro, o MPLA e nós. Ora isto vai distrair os partidos e o povo do objectivo maior que são as eleições. [veemente] Que se faça depois. Depois das eleições, nós estamos de acordo.

P. — Disse que, neste momento, não lhe interessa contabilizar os apoios internacionais, mas sim o apoio dos bairros onde pode ganhar as eleições. Não é a política do "orgulhosamente sós"?

R. — Está a falar a linguagem de Salazar. [risos] Não é isso. Falaram-me do João Soares, que foi um homem amigo, que eu aprecio muito... mas de quem não posso receber lições. [veemente] O João Soares é um político hábil... socialista. [silêncio] Que faça a sua política em Portugal! E eu quero dizer aqui — e eu queria que isso fosse escrito no seu jornal — que lamento muito que, no dia 31 de Maio de 1991, quando fiz o meu discurso, eu não me tivesse referido ao Presidente da República. Lamento muito. Porque, em terra portuguesa, mesmo havendo um Executivo, o chefe de todos os portugueses é o dr. Mário Soares. Devia ter dito isso no fim, agradecendo o trabalho do Governo, na pessoa do primeiro-ministro e na pessoa do secretário de Estado, Durão Barroso.

"Soares é o homem em quem confio"

P. — Tem-se mostrado desiludido com o Governo português. Numa entrevista em Março disse que Cavaco Silva não conhece bem a realidade angolana. Mantém essa opinião?

R. — [Silêncio] Tem sido tão difícil o relacionamento... São ciúmes entre Angola e Portugal. Se Portugal faz mais para Moçambique, Angola fica ressentida. Somos mais ligados entre nós e os portugueses do que com uma outra nação independente de expressão portuguesa. Mas a verdade é que tem havido problemas entre nós. Até o visto para entrada em Portugal custou tanto... Mas deram o visto ao Dlakama, de mão beijada.

P. — Responsabiliza directamente alguém?

R. — Eu posso repetir sinceramente que tenho muito respeito pelo professor Cavaco Silva... Mas pronto! Os feitios não se dão... [risos] O meu e o dele não dão.

P. — Também se costuma queixar de o MPLA ser favorecido...

R. — Mas sim, sim! O Governo português favorece mais o MPLA. E até aposta no MPLA!

→

P. — Algum resquício do tempo colonial?

R. — Não! Não vamos por aí. Mas queria sublinhar que há uma diferença muito grande entre Portugal, portugueses e Governo. Portugal e portugueses são amigos, foram amigos, serão sempre amigos. O Governo tem os seus objectivos. [silêncio] E eu digo sinceramente: o Governo está a jogar no MPLA. E se o MPLA perde? É por isso que o Governo português não devia proceder assim... Se o MPLA perde?...

Se a UNITA ganhar, o Governo português vai precisar muito do dr. Mário Soares. [sentencioso] Porque é o homem em quem eu confio. [veemente] Se a UNITA ganhar e o dr. Mário Soares não jogar um papel importante, as relações vão ser tensas. [silêncio] Porque eu não aceito que me deem lições.

P. — A UNITA sofreu ultimamente uma [illegible] de popularidade com a divulgação da morte de Tito...

R. — Absolutamente nada, até porque... [paragem] Não esteve no comício de Luena?

P. — Disse que estavam 50 mil pessoas nesse comício...

R. — E pensa que estavam quantas?

P. — Cerca de dez mil.

R. — Dez mil? Não! Sejamos sinceros. Muito mais do que isso!

P. — Está então satisfeito com o seu regresso da Jamba?

R. — Muito, muito, muito. Muito satisfeito. Porque foi onde esteve o professor Cavaco Silva com o Presidente da República [Popular de Angola] e tiveram muito menos do que eu tive.

P. — Deu várias explicações para a sua ida para a Jamba. Primeiro disse que era por causa da doença do seu irmão, depois que estaria a ser preparado um atentado contra si e ainda que era preciso reflectir. Qual destas versões é a verdadeira?

R. — São todas. O meu irmão mais velho sofre de cancro. Médicos da África do Sul vieram ter comigo e disseram-me: "O teu irmão é uma questão de dias ou de semanas." Também, no que diz respeito à nossa reflexão, ela é necessária. Não estou a esconder: nós temos problemas! A UNITA uniu-se e lutou como ninguém em África, contra 60 mil cubanos e russos. Todos passaram pela Jamba como prisioneiros. Todos. Até portugueses!

P. — Agora não consegue separar o político do militar?

R. — É difícil. Também, como o cubano já não está, é preciso definir um outro objectivo, que é o país, que é a democracia, que é a tolerância. Leva um certo tempo... Dezasseis anos de guerra e depois só dez meses...

P. — Mas foi a UNITA que pressionou para que as eleições fossem o mais cedo possível!

R. — É verdade. E também temos vantagem nisso: agora o povo pensa que quem correu com o cubano está aqui, é a UNITA. Se as eleições fossem daqui a dois, três anos, iam-se esquecer.

P. — Voltando à questão do atentado...

R. — Garanto que é verdade e os serviços de informação de um país ocidental terão um dia de aceitar que vieram ter comigo avisando-me para não ficar em Luanda. E também foram dizer ao Presidente Eduardo dos Santos. Não posso citar qual é o país, porque não me convém. Mas é tão verdade que tiveram de inspeccionar esta casa, tiveram de ver muita coisa. Se o MPLA tem esse plano, é errado. Porque estando vivo, disciplino a tropa, disciplino o povo, disciplino os quadros. Morto, eles [MPLA] nunca hão-de governar este país.

"Puna dirigiu os interrogatórios"

P. — Como se compreende que dois destacados dirigentes desapareçam sem conhecimento do chefe e que só depois das denúncias públicas se faça um inquérito?

R. — Não, não. Isso não é assim. Eu vi... eu vi o Tito e o Wilson dos Santos em Maio-Junho de 1991. Eu vi-os...

P. — Estavam presos?

R. — Não estavam. [hesitação] Tiveram problemas... Dentro do partido há sempre tensões.

P. — Foi o senhor que os chamou de Washington e Lisboa, em Fevereiro de 1989?

R. — Não. O Wilson veio para a Jamba assumir a responsabilidade da informação. Onde ele trabalhou muito bem porque ele sabe. O Tito veio para dar o seu relatório de como é que corriam as coisas. No entretanto, descobriram-se outros elementos...

P. — Pode precisar quais?

R. — Não posso revelar. [decidido] O Governo americano sabe. Não posso revelar.

P. — O Wilson dos Santos continuou a trabalhar?

R. — O Wilson não veio de Portugal por problemas. Trabalhou muito tempo, livre, etc. [silêncio]

P. — Mas, entretanto, foram julgados. Por quem?

R. — Pelo Puna. O presidente do interrogatório era o Puna, não foi nada o Salupeto. [veemente] O Salupeto esteve lá quando eu fui para a África do Sul com o Puna.

P. — As boas relações com os EUA passavam por Chingundji...

R. — Nada, nada. Esse papel pertenceu ao vice-presidente [Jeremias Chitunda]. Foi ele que estudou na América como engenheiro e ficou lá 18 anos. Se há um indivíduo querido na América é o Chitunda. É um homem ponderado, instruído, sério. Ele é que fez o trabalho para a América ajudar a UNITA. O Tito vai em 1986 e, quando chega, já Reagan estava engajado em tudo. Até se falou que houve mísseis que o Tito negociou. Grande mentira, porque quem negociou os mísseis depois fui eu...

P. — Em Junho-Julho de 1991, esteve com Chingundji e Wilson na Jamba. Depois perdeu o contacto com eles?

R. — Não era necessário, porque, quando os vi, eles estavam bem, estavam vivos e pronto. [agitado]

P. — Quando [illegible]e que eles tinham morrido?

R. — Só soube agora em Setembro... [corrige] Só [illegible] agora em Fevereiro, quando [illegible] para a Jamba.

P. — Foi para lá no dia 20?

R. — Vinte e poucos. Quando começou o inquérito e quando eu soube que tinham morrido. [hesitação]

P. — Mas já se falava na morte deles.

R. — Nunca pensámos nisso, porque não era verdade. Então se nós víamos as pessoas...

P. — A última vez tinha sido em Junho-Julho. Tinham passado oito meses e alguma coisa podia ter acontecido...

R. — Mas porquê? Até porque a lógica, se eu quisesse eliminar o Tito e o Wilson, era tê-lo feito durante a guerra, durante o último assalto. Quer as pessoas acreditem ou não, houve guerra, bombardeava-se tudo. Não o fiz. E se não o fiz foi porque eu não queria. Eu não queria.

Tudo mente, tudo rouba

P. — A verdade é que eles morreram em tempo de paz e isso é um mau capital político para si.

R. — É um bom capital, porque, se eu quisesse eliminá-los, eliminava-os durante a guerra. Vou eliminá-los durante a paz porquê? [silêncio]

P. — Qual será o discurso político da UNITA nas eleições?

R. — Muito simples: distancio-me do Governo e dos outros. Eu quero que os angolanos sejam um povo rico. Hoje, somos todos candongueiros. Isto aqui é tudo candonga. Tudo mente, tudo rouba, nada está bem. O meu discurso é de apelo a que o angolano volte à sua dignidade e responsabilidade.

P. — Qual vai ser a sua base de apoio eleitoral?

R. — Primeiro, os bairros aqui de Luanda, que me apoiam completamente. Depois, as províncias todas. [silêncio] Eu, para perder estas eleições, tenho de cometer um erro muito grave.

P. — A sabotagem de estradas e pontes, e a morte de gente não poderam as populações contra a UNITA?

R. — Nunca. O povo compreendeu que fizemos tudo isso para libertar a pátria. Está demonstrado. Até porque eu fui para Luena — onde diz que estiveram dez mil pessoas, faça o favor de corrigir [sorriso] —, onde houve a última batalha de 45 dias. Estiveram ali os sobas para conversarem comigo, para me darem o seu apoio...

P. — Como e quando se estenderá a administração central à Jamba? Quantas pessoas vivem lá?

R. — Mas já está! Eu até esperei lá pelo senhor general Unima [nigeriano, das Nações Unidas], que esteve aqui hoje. Esteve para ir lá uma delegação da Comissão Mista de Verificação e Fiscalização, na sexta-feira, e eles iam visitar tudo. Mas o avião não chegou lá porque não tinha gasolina... A população já cresceu muito: nove mil, depois sete mil e agora dez mil.

P. — A Jamba não consta do mapa político-administrativo de Angola...

R. — Tem que constar. Já conquistou o seu direito. É um lugar como outro qualquer. Quem quer sair da Jamba sai. E esses que estão agora a falar, que eu não gosto muito de criticá-los, novamente, os seus filhos saíram, as famílias saíram, os primos saíram.

P. — Pessoas com meios privilegiados. Puna e Costa Fernandes. Aliás, a mulher deste último ficou lá...

R. — Não, não, não. Não sou eu. [tenso] Eu não intervim nisso, até porque não tenho interesse. O pai dela é que não quis.

P. — A Assembleia do Povo acaba de aprovar legislação que torna ilegais os órgãos de comunicação social partidários, incluindo, portanto, a Vorgan. [Voz da Revolução do Galo Negro, rádio que emite da Jamba em ondas curtas e de Luanda em FM] Qual a sua reacção?

R. — Tenho dito que não é um governo monopartidário que democratiza. É preciso a força do povo. A questão do tempo de antena foi discutida na multipartidária e na bipartidária, e chegou-se a um acordo que agora não foi cumprido...

P. — Trinta minutos na rádio e 15 na televisão, por mês...

R. — O que significa meio minuto por dia. A UNITA não aceita. Nós não aceitamos. Vamos manter a Vorgan [impetuoso] e vamos tentar criar uma televisão. Eu pensava que custava muito dinheiro, mas agora cheguei à conclusão que não... e, em Junho, já devemos ter televisão.

P. — Se a UNITA perder as eleições, que oposição fará?

4 — Tem de haver um congresso, que decida sobre o futuro. O Savimbi dirigiu o partido, dirigiu as forças armadas e perdeu; mantém-se como presidente ou não? Mas posso garantir que a UNITA ganha as eleições... seja como for.

P. — Tem quadros para governar o país?

R. — Não! Nem nós temos, nem o MPLA tem. É preciso abertura, reconciliação, para que os quadros angolanos que estão em Portugal, no Brasil, na Namíbia... no mundo, regressem...

Referendo para Cabinda

P. — Qual é, nesse sentido, a sua definição de angolano?

R. — Angolano é aquele que se considera angolano. Se é branco, se é preto ou se é mestiço, ele tem que se sentir angolano, empenhar-se profundamente para que Angola seja uma pátria livre, independente e feliz, onde os homens possam viver.

P — Que solução preconiza para Cabinda?

R. — A situação é muito grave porque o Governo cometeu um erro de apreciação. Mandou para Cabinda 15 mil homens, mandou helicópteros e agora pensa que a retirada pode levar à independência. Mas, se não se retirarem, a guerra continua.

P. — Mas defendeu em Dezembro, em entrevista ao "Jornal de Angola", a aplicação da Carta da OUA, que determina a manutenção das fronteiras herdadas do colonialismo...

R. — A Carta da OUA foi escrita em 1963; houve tantas evoluções que também nós temos que evoluir. No meu pensamento, a solução devia ser uma autonomia, como a da Madeira. Mas o Puna, que a UNITA acusa de estar ligado à FLEC, não aceita a autonomia. Agora, o que eu não queria era que as eleições em Angola ficassem por se fazer por causa de Cabinda. Fazem-se as eleições e o Governo eleito, com uma assembleia soberana, que discuta Cabinda. Faça-se um referendo, por exemplo.

P. — Acha que o processo de paz tem corrido bem?

R. — Muito bem. E há uma coisa que nos encoraja: o cessar-fogo nunca foi violado, nunca houve confrontações entre as FALA e as FAPLA. Isto é uma grande coisa para um país que esteve em guerra durante 16 anos.

P. — Está em paz com a sua consciência depois deste tempo de guerrilha, em que tanta gente morreu e foi morta às suas ordens?

R. — [Hesitação] Até lhe vou citar, porque gosto muito de história... Eu estou tranquilo com a minha consciência. Fiz aquilo que devia fazer. Fiquei pronto a morrer pela pátria, mas, como dizia o general americano Paton, ninguém liberta o seu país morrendo pela pátria, mas fazendo que o inimigo morra pela pátria. E eu, como leio muito, li num manual de um país muito democrático a lei da guerra, que diz assim: "Um soldado que foge da linha tem de ser morto imediatamente." ■

PÚBLICO

Seis meses que mudaram a UNITA

NOS ÚLTIMOS SEIS MESES, desde que regressou a Luanda, em 29 de Setembro de 1991 — por coincidência, exactamente um ano antes da data das eleições —, o presidente da UNITA, Jonas Savimbi, tem protagonizado alguns dos mais controversos acontecimentos políticos em Angola, que configuram um ambiente de crise no partido. Aqui se reportam alguns dos momentos mais importantes nos últimos seis meses — o mesmo tempo que nos separa das primeiras eleições livres em Angola.

• **29.9.91** — Jonas Savimbi volta a Luanda, de onde estivera ausente nos últimos 16 anos.

• **1.10** — Reúne-se com a CCPM.

• **3.10** — Savimbi teve uma agenda carregada: encontrou-se com José Eduardo dos Santos e partiu depois com destino à Costa do Marfim e aos EUA. Disse ao "Jornal de Angola" que nesse dia trabalhou 24 horas.

• **1.11** — Escala em Luanda a caminho de Marrocos, dizendo ter passado os últimos 16 dias na Jamba a preparar o regresso das estruturas do partido a Luanda.

• **8.11** — Regressa à capital, depois de ter estado na Costa do Marfim (novamente) e em Marrocos, onde se encontrou com o rei Hassan II.

• **11.11** — No 16º aniversário da independência de Angola, inaugura a sede provincial da UNITA em Luanda (a Comissão de Inquérito às circunstâncias da morte de Tito Chingundji e Wilson dos Santos, constituída em Março pela UNITA, já fez constar como momento possível das mortes o período entre 10 a 12 de Novembro).

• **19.11** — É recebido pelo Cardeal Patriarca de Luanda.

• **23.11** — Participa num comício no Cuito, província do Bié.

• **3.12** — De novo em Luanda, é recebido pelo Presidente da República.

• **7.12** — Conclui-se, na capital, uma reunião da Comissão Política da UNITA, ainda com N'zau Puna e Tony da Costa Fernandes, tendo Savimbi manifestado dúvidas sobre a realização eleições em Setembro de 1992.

• **13.12** — Savimbi volta ao Futungo de Belas, para nova audiência com José Eduardo dos Santos. Anuncia que a UNITA não participará na reunião multipartidária de Janeiro.

• **20.12** — Visita a Rádio Nacional de Angola.

• **25.1.92** — Savimbi apresenta, em conferência de imprensa em Luanda, o capitão das FAPLA Celestino Sapalo, que a UNITA acusa de ter morto três britânicos e um neo-zelandês a 3 de janeiro, em Quilengues, na província da Huíla.

• **31.1** — Inicia-se em Luanda a bipartidária, reunindo representantes da UNITA e do MPLA. Savimbi participa num comício no Quicolo (arredores de Luanda).

• **13.2** — Tony da Costa Fernandes faz a sua última intervenção pública como "ministro dos Negócios Estrangeiros" da UNITA, refutando acusações governamentais de que o partido de Savimbi teria armamentos enterrados.

• **25.2** — Savimbi parte para a Jamba, faltando a um encontro com o ministro português Fernando Nogueira.

• **2.3** — Reúne-se na Jamba o Comité Permanente da Comissão Política da UNITA. Herman Cohen, secretário de Estado adjunto norte-americano, afirma que a ajuda dos Estados Unidos à UNITA acabará no dia 31 de Março.

• **6.3** — N'zau Puna e Tony da Costa Fernandes terão comunicado a Savimbi a sua saída da UNITA.

• **9.3** — Sai o número zero do jornal oficioso da UNITA, "Terra Angolana". Começam a crescer os rumores de que Tito Chingundji e Wilson dos Santos estariam mortos.

• **11.3** — A UNITA anuncia a constituição de uma comissão de inquérito para averiguar o desaparecimento daqueles dois destacados dirigentes. O Presidente da República afirma que os dissidentes da UNITA terão a protecção do Estado angolano, "no quadro das liberdades constitucionais".

• **19.3** — Savimbi admite implicitamente as mortes de Tito e Wilson ao afirmar que, nas guerras, há sempre violações dos direitos humanos.

• **20.3** — João Soares fala em "probabilidades mínimas" de Chingundji e Wilson estarem vivos.

• **22.3** — A Vorgan" (rádio da UNITA) divulga um comunicado onde se afirma que "haverá guerra total, imediata e sem fronteiras" se houver um "atentado contra a vida" de Savimbi. É apresentada a tese de que o regresso do presidente da UNITA à Jamba se ficaria a dever a ameaça de atentado.

• **23.3** — Jeremias Chitunda, que preside à comissão de inquérito, afirma que Chingundji e Santos "desapareceram" e que "a investigação continua para se apurarem os factos, bem como as circunstâncias" desse desaparecimento. E assegura: "A evidência preliminar atesta o envolvimento directo de N'zau Puna."

• **24.3** — Puna e Tony da Costa Fernandes afirmam, em Paris, que Chingundji e Wilson foram mortos.

• **25.3** — Washington pede explicações a Savimbi.

• **29.3** — Fred Bridgland, jornalista britânico e biógrafo de Savimbi, autor do livro "Savimbi, a key for Africa", fala numa "vendetta de Savimbi" contra Chingundji.

• **4.4** — Comício no Luena: Savimbi diz assumir a responsabilidade política por todos os actos da UNITA. ■ **A.M.**

HOLDEN ROBERTO AO EXPRESSO

Angola está à beira da guerra

EXPRESSO
11 DE ABRIL DE 1992

PARIS – Do nosso correspondente
Daniel Ribeiro

O LÍDER da FNLA, Holden Roberto, considerou que Angola vive, de novo, à beira da guerra civil e que o organismo de supervisão do processo de paz — Comissão Conjunta Político-Militar — não tem qualquer influência no evoluir de uma situação que pode complicar-se de um momento para o outro. **«É necessário criar de imediato um governo de transição com todas as forças partidárias, e a escolha é entre isso e uma nova guerra, porque a CCPM não controla nada, não tem qualquer poder neste momento»**, disse o dirigente histórico angolano, ontem ao EXPRESSO, em Paris.

O presidente da FNLA pensa que não se devem organizar eleições na actual situação, **«sobretudo porque o MPLA é árbitro e jogador ao mesmo tempo, existem regiões que fogem ao controlo da administração, há gente armada por todo o lado e o recenseamento está muito atrasado». «Só um governo de transição poderá, com o apoio da ONU, organizar eleições verdadeiramente livres em Angola»**, declarou.



Holden Roberto contesta igualmente a formação do exército único que, segundo ele, **«não passa de uma soma MPLA/UNITA, pronta a explodir a qualquer momento e que nunca poderá ser considerado um exército nacional»**. O líder da FNLA encontrar-se-á amanhã em Bruxelas com o secretário de Estado Herman Cohen, adjunto do Governo americano responsável pelos assuntos africanos, no âmbito de uma viagem por diversos países europeus.

O inferno da Jamba e o seu diabo principal: Jonas Savimbi

Alfredo Margarido*

Houve um tempo, nem sequer muito antigo, em que era moda, em Portugal, designar Jonas Savimbi, então como agora responsável pela UNITA, como a única vera possibilidade de orientar Angola para o caminho de democracia. Durante esse tempo, mais demorado do que parece, foi moda ir dar uma voltinha pela Jamba, onde se encontravam concentrados todos os prazeres da democracia.

Não seria de todo inútil proceder ao inventário das figuras nacionais que aceitaram com prazer indesmentido os convites de Jonas Savimbi e da UNITA, para nos explicar depois, com a autoridade de quem conhece bem os mecanismos africanos, que só a Jamba e Jonas Savimbi davam as garantias mínimas para arrancar Angola à fervula marxista-leninista, assegurando-lhe um lugar no paraíso das democracias.

Conto entre os poucos que, quando Lisboa foi invadida por cartazes com a vera efígie de Jonas Savimbi, denunciou — embora sem êxito, pois se sabe que o mais feio pecado é ter razão antes da maioria — o escândalo político de semelhante operação num país que pretendia e consegue ser uma autêntica democracia. Isto quando se sabia — graças aos documentos publicados por via da LUAR — que Jonas Savimbi procurara já — associada à PIDE e a fracções do Estado-Maior-português — liquidar fisicamente os militantes do MPLA.

O ressentimento de não poucos militares e de muitos retornados, ajudado pela propaganda do departamento de Estado norte-americano, levou muitíssima gente a abrir um crédito democrático a Jonas Savimbi. A quase totalidade dos convidados da UNITA veio declarar que o regime instaurado na Jamba era realmente democrático, embora nunca se tivesse visto nenhum parlamento, nenhuma assembleia, nenhuma autoridade que não fosse militar.

Também se não assistiu nunca à mínima eleição, sob pretexto que a Jamba constituía um baluarte democrático que permitia fazer face ao monstro marxista-leninista instalado em Luanda. Sem hesitação, os democratas que visitavam a Jamba negavam com as suas declarações a existência da democracia, mas tal não parece ter atrapalhado muita gente. Espero que um dia um governo angolano — ou então um simples candidato a uma tese de doutoramento — reúna as miríficas declarações de tantos próceres políticos nossos. São elas exemplares.

Hoje, a UNITA encontra-se cada vez mais no banco dos réus. Nas últimas aparições na televisão, Jonas Savimbi está em via de renunciar à arrogância com que sempre acusou gregos e troianos, não hesitando em bolçar acusações gravíssimas, sem a mínima prova, contra dirigentes portugueses. À medida que o tempo passa verifica-se que na Jamba se cometeram violações dos direitos humanos, entre as quais a execução de militantes, sem processo, sem julgamento, à Estaline ou à Iamin Dade.

Poderá haver surpresas nessa revelação? Angola está hoje carregada de feridas e de cicatrizes que não são mais do que a consequência dos crimes cometidos pela UNITA contra os angolanos. Pois como classificar de outra maneira o recurso a técnicas terroristas, entre as quais a terrível sementeira de minas individuais que deixaram aleijados para sempre milhares e milhares de angolanos? Pois como classificar de outra maneira a destruição de aldeias, de casas, de pontes, de obras de toda a natureza, fruto do trabalho dos angolanos, que vai ser necessário refazer ou reconstruir com o trabalho dos angolanos?

Hoje a UNITA e o seu chefe estão solidamente sentados no banco dos réus, pois já não há ninguém, nem em Angola, nem nos Estados Unidos, nem em Portugal, que não saiba que há muitos podres no falso reino da democracia da Jamba. Homens políticos portugueses, ainda ontem visita frequente da Jamba, negam toda e qualquer relação de amizade, pessoal ou política, com Jonas Savimbi. É melhor assim, sempre se pode verificar a existência de uma réstia de vergonha política.

Teria sido melhor que a leitura política da UNITA e de Jonas Savimbi levasse em linha de conta não o elogio lírico do Departamento de Estado norte-americano — que continua a alimentar-se com o leite político estragado de Henry Kissinger, o campeão do anticomunismo primário —, mas a simples análise dos factos. Há recuos que são piores do que derrotas. Sobretudo quando se verifica que os seis efeitos provocaram o aumento das vítimas: os estropiados e os mortos.

Como se a democracia pudesse combinar-se com o culto da personalidade! Como se a exacerbação constante do génio do chefe pudesse compensar a falta de opções democráticas! Se mais vale tarde que nunca, lamente-se contudo que tantos angolanos estejam condenados a uma sobrexistência em consequência do crédito dados aos profetas da "democracia" do terror! ■

*Sociólogo

PÚBLICO (SÁBADO 11 ABRIL 1992)

ANGOLA ADMITE NOVA DESVALORIZAÇÃO — O Orçamento Geral do Estado angolano para 1992 foi elaborado com base na taxa de planeamento do câmbio do cuanza "que se espera venha a ser o seu próximo valor em relação ao dólar", segundo uma notícia veiculada ontem pela agência Lusa. Fonte do Ministério do Planeamento angolano admitiu que muito em breve o cuanza vai sofrer uma nova desvalorização, em cerca de 159 por cento, passando a taxa de referência para 550 cuanzas por dólar. De registar que esta proposta de Orçamento é financiada em cerca de 79 por cento pelos impostos provenientes da indústria petrolífera. ■

PÚBLICO SÁBADO, 11 ABRIL 1992

Soares vai a Angola em Maio

O PRESIDENTE da República, Mário Soares, deve deslocar-se a Angola entre 10 e 17 de Maio, poucas semanas antes da visita do Papa João Paulo II, reconsiderando assim a sua decisão de efectuar a viagem só depois das eleições de Setembro próximo, apurou o PÚBLICO. A decisão de Soares terá agradado tanto ao seu homólogo angolano, José Eduardo dos Santos, como ao líder da UNITA, Jonas Savimbi. Acusações contra este, responsabilizado por dissidentes da Unita da morte dos dirigentes Tito Chingunji e Wilson Santos, agravaram nas últimas semanas a situação política no país, tendo impelido o presidente português a considerar preferível que a sua visita oficial a Angola — a primeira a efectuar por Mário Soares àquela antiga colónia — se realizasse num clima de normalização democrática. ■

PÚBLICO SEXTA-FEIRA, 10 ABRIL 1992

mini-remodelação em Angola

LOPO DO NASCIMENTO, ministro angolano da Administração do Território, foi nomeado das suas funções para assumir a direcção da campanha eleitoral do MPLA. Será substituído por António Paulo Kassoma, que ocupava a pasta dos Transportes, lugar que será ocupado pelo anterior vice-ministro, André Luís Brandão. O ministro das Pescas, Francisco Ramos da Cruz, nomeado governador do Kuanza-Sul, cede também o lugar à vice-ministra Maria de Fátima Jardim. ■

EXPRESSO, SÁBADO 11 DE ABRIL DE 1992

Banco Central apoia Angola

TAVARES Moreira, governador do Banco de Portugal, anunciou que o País está empenhado nas reformas estruturais da economia angolana, em particular no sistema financeiro. No âmbito desta colaboração, técnicos portugueses vão apoiar o Banco Central deste país na elaboração de um relatório anual sobre a economia angolana. Recorde-se que o Banco Central já abriu uma delegação em Luanda, tendo firmado um acordo de cooperação com o Banco Nacional de Angola, nos termos do qual os técnicos angolanos vão frequentar cursos de formação em Portugal. Quanto às sucursais de bancos portugueses na capital angolana, Tavares Moreira garantiu que vão representar grandes mudanças e apoio às reformas estruturais, consideradas essenciais para conseguir investimento estrangeiro. Por sua vez, João Salgueiro, presidente do Banco de Fomento Exterior, considera que a abertura de bancos portugueses poderá contribuir para a melhoria do próprio sistema bancário angolano.

Governo evita ofender Luanda

O GOVERNO de Carlos Veiga demarcou-se das denúncias de irregularidades, cometidas durante a compra de dois aviões "Brasília", que têm vindo a ser publicadas pela comunicação cabo-verdiana, enquanto os "laços de amizade" entre Luanda e Praia se encontram por um fio.

Em Cabo Verde, o caso "Brasília" é cada vez mais confuso. E a posição do Governo surge em resposta ao comunicado da Presidência angolana em que esta exige da Cidade da Praia satisfações pelas notícias do alegado envolvimento de altos funcionários seus no caso de distribuição de "comissões" durante a aquisição de dois aviões "Brasília", obtidos por Cabo Verde no Brasil por intermédio de Angola.

A questão em causa verificou-se durante a Presidência de Aristides Pereira, que o ano passado foi substituído na Chefia do Estado, após eleições, por António Mascarenhas Monteiro.

Segundo a nota de imprensa de Carlos Veiga, as notícias envolvendo autoridades e individualidades angolanas surgiram de fontes e de personalidades que "nem de perto nem de longe lhe são próximas".

Agastado, "o Governo deplora o facto de as notícias veiculadas poderem ter afectado o bom nome e a consideração devida a altas individualidades estrangeiras" e promete que, "no âmbito das suas responsabilidades, tudo fará para o cabal esclarecimento da situação". A nota reitera igualmente a determinação do Governo cabo-verdeano de estreitar as relações com Angola e o Brasil.

Pedro Pires descontente

Por sua vez, o antigo primeiro-ministro Pedro Pires, que foi ouvido sexta-feira pelo procurador-geral da República, Henrique Monteiro, considerou pouco digno o tratamento que se tem dado ao caso e alertou para as consequências disso: "Nesta tentativa de se destruir o PAICV ainda são capazes de destruir Cabo Verde."

O antigo chefe do Governo, hoje na oposição, questionou a facilidade com que os documentos confidenciais do Estado são tornados públicos pelo jornal "Voz di Povo", orgão oficial do Governo, tendo citado como um dos exemplos a denúncia do caso do jornal "África", que o seu Governo financiava: "Qual é a guarda que se dá aos documentos do Estado? Para onde é que se quer ir?".

Polícia Política

Por outro lado, os advogados de Pires, Secretário-Geral do PAICV, Armindo Maurício e Cristina Fontes, voltaram a questionar a existência legal da "Comissão de Extinção da Polícia Política", presidida por Henrique Monteiro, que vem recolhendo depoimentos acerca não só do caso "Brasília" como também das actividades dos antigos serviços de Segurança do Estado.

Segundo Cristina Fontes, a audição de Pedro Pires decorreu sem a presença dos seus advogados, contrariando assim a lei cabo-verdiana, e só teve lugar devido à boa vontade do antigo primeiro-ministro.

Após a decisão do Supremo Tribunal de Justiça, que considerou ilegal a detenção do tenente-coronel na reserva Carlos Andrade, por ordem de Henrique L. Monteiro, questiona-se a competência deste, que vem actuando ora como procurador-geral da República ora como presidente da Comissão de Extinção da Polícia Política, criada há um ano com a missão de "inventariar meios e recursos afectados à actividade de inteligência e contra inteligência".

Entretanto, diante do escândalo "Brasília", o último número do jornal "A Semana", próximo do PAICV, pergunta por que não abrir um inquérito para averiguar as comissões recebidas durante a compra dos navios do Estado, logo após a proclamação da independência. Fontes próximas desse semanário deram a entender ao PÚBLICO que um parente de Carlos Veiga estaria envolvido neste último caso.

A temperatura política na Cidade da Praia tem vindo a aumentar, havendo quem se mostre apreensivo com o desenrolar dos acontecimentos, depois de o PAICV haver organizado, quinta-feira, uma assembleia de militantes, em que se pediu uma manifestação pública contra as actuais autoridades. E Pedro Pires foi ovacionado à entrada e à saída do Tribunal por cerca de centena e meia de apoiantes, que o acompanharam à sede do PAICV, a algumas centenas de metros. ■

José Vicente Lopes

Cabo Verde
DOMINGO, 12 ABRIL 1992
PÚBLICO

Angola-Cabo Verde PÚBLICO

Relações atravessam tempestade

AS RELAÇÕES entre Angola e Cabo Verde passam actualmente por uma tempestade, depois que foi noticiado que decorre os seus trâmites legais na Cidade da Praia um processo em que são citados altos funcionários da Presidência angolana.

O Presidente José Eduardo dos Santos enviou uma mensagem "de veemente protesto", acusando Cabo Verde de "acto inamistoso" e "contrário ao espírito dos Cinco".

O processo refere-se a um pedido que teria sido feito pelo antigo Presidente Aristides Pereira para a cedência a Angola de duas aeronaves do tipo "Antonov-26", pertencentes a Cabo Verde e que se encontram inoperadas por dificuldades de ordem técnica e financeira, comprometendo-se o Governo angolano a disponibilizar em troca meios financeiros para a compra de dois aviões brasileiros.

Na mensagem que enviou ao seu homólogo cabo-verdiano, António Mascarenhas Monteiro, José Eduardo dos Santos afirma que a operação se realizou "de boa fé" e que traduziu "apenas um gesto de solidariedade para com Cabo Verde", considerando por isso chocante que se instaure "sem aviso prévio" um processo cujos dados são trazidos a público e "incriminam de forma injusta" altos funcionários do seu gabinete.

Depois de recordar que ainda há bem pouco tempo estiveram juntos em São Tomé para mais uma cimeira dos Cinco e trocaram impressões sobre as relações bilaterais sem que tal assunto fosse aflorado, José Eduardo dos Santos considera que o processo adoptado por Cabo Verde relativamente a este assunto "se inscreve no quadro de uma campanha de denegrimento e difamação, com vista a minar a reputação e a boa imagem do Governo angolano".

O Presidente afirma que está em curso no seu país um "processo de transformações de carácter político e económico, com vista à criação de um Estado Democrático de Direito", e que os funcionários do seu gabinete, nomeadamente o secretário do Conselho de Ministros, José Leitão, e o secretário para a Defesa e Segurança, José Maria, "não tiveram qualquer ligação com o processo dos aviões".

Enquanto isto, na Cidade da Praia, o Supremo Tribunal da Justiça ordenou a libertação do tenente-coronel Carlos Andrade, detido há pouco mais de uma semana por ordem do Procurador-Geral da República e por motivos cada vez menos claros.

Aquele oficial na reserva, que era tido por um dos principais suspeitos no caso de "luvas" distribuídas durante a compra dos dois aviões Brasília, garantiu agora que a detenção nada teve a ver com tal assunto, mas sim com a antiga polícia política, de que era um dos responsáveis.

Carlos Andrade disse ao PÚBLICO que foi detido se ter negado a revelar o nome de um cabo-verdiano, radicado em Portugal, que colaborou com os antigos serviços de Segurança do Estado.

O oficial em causa afirmou ter sido o primeiro preso político da II República e que o erro irá custar caro ao Movimento para a Democracia (MPD), actualmente no poder.

Quinta-feira à noite o PAICV, há 14 meses na oposição, reuniu um milhar de pessoas numa sessão de solidariedade com o tenente-coronel Carlos Andrade, que na véspera tinha já recebido o apoio da Associação dos Combatentes da Liberdade da Pátria, que reúne veteranos da luta pela independência.

A assembleia de militantes do PAICV pediu a demissão do Procurador-Geral da República, Manuel Monteiro, acusado de se ter comportado de forma parcial durante o processo em causa.

Entretanto, em Luanda, a Assembleia do Povo alterou a lei dos partidos políticos, reduzindo de 3.000 a 1.500 o número de assinaturas necessárias para a sua legalização, o que vai facilitar o registo imediato de quatro formações, incluindo o Partido Renovador Democrático (PRD), de Joaquim Pinto de Andrade. ■

Vítor Silva, em Luanda, e José Vicente Lopes, na Cidade da Praia

A paz ainda vai demorar

DOMINGO, 12 ABRIL 1992 PÚBLICO

A GRAVE seca que afecta toda a região austral do continente africano, incluindo Moçambique, particularmente o Centro e o Sul do país, poderá aproximar o fim da guerra — afirma-se actualmente em Maputo, onde no entanto não se crê que a paz possa vir a ser assinada nos meses mais próximos.

Centenas de camponeses encetaram a dramática marcha de procura de água, deixando para trás cenários de terra seca e raras carcaças de gado bovino. Em muitas áreas a fome não é um fenómeno novo, mas atinge agora situações alarmentes, que levaram já o Governo a fazer mais um apelo à comunidade internacional, para uma ajuda adicional, particularmente em cereais.

Entre as centenas de pessoas que diariamente estão a chegar às sedes de distrito nas províncias mais afectadas, à procura de apoio, estão a ser localizados grupos de fugitivos de zonas controladas pela Renamo.

Há mesmo notícia de que elementos da Renamo, debilitados devido à fome, estão a entregar-se às autoridades em Sofala, Manica, Inhambane, Gaza e Maputo. E isso é que leva alguns observadores políticos moçambicanos a defender a tese de que a seca poderá levar aquele grupo a incluir o cessar-fogo na agenda das conversações de Roma.

No entanto, segundo as notícias publicadas em Moçambique, verifica-se um apertar do cerco às cidades e às vilas mais importantes, com constantes ataques às populações e saque dos seus bens, enquanto pouco se sabe do processo que tem vindo a decorrer em Roma desde há quase dois anos.

Na recente sessão da Assembleia da República, em Maputo, nenhum deputado se levantou para colocar questões ao chefe da delegação governamental às negociações, o ministro do Trabalho, Armando Guebuza, que apresentou um relatório sobre o moroso processo. E vários comentaristas políticos que assinam colunas na imprensa moçambicana têm sugerido a transferência do diálogo para dentro do país.

Explicações da Renamo

Enquanto isto, em Portugal, onde tem o seu gabinete, o chefe do Departamento de Relações Exteriores da Renamo, José de Castro, de 46 anos, disse ao PÚBLICO que o respectivo presidente, Afonso Dhlakama, já foi por três vezes a Roma "para ver se fazia avançar o processo", pois "a via do diálogo é o único caminho para a paz".

Embora Maputo alegue que a Renamo prefere a força das armas à da razão, José de Castro afirmou-nos que "não é possível vencer através das armas" e que o principal trunfo do grupo é estar enraizado no terreno.

No seu entender, se a guerra continua é devido a forças zimbabweanas que não se confinam aos corredores da Beira e do Limpopo, conforme o estipulado, mas antes actuam noutras regiões do país, "com fardamento da Frelimo".

Segundo ele, África do Sul, Zâmbia, Zimbabwe e Malawi são aliados do actual regime moçambicano, que também conta com "forte apoio" da Itália.

Castro indicou-nos que a próxima ronda das conversações de Roma, a décima, será ainda este mês, em data a determinar, e que "o caminho já está quase no fim para a assinatura do cessar-fogo"; mas que antes é preciso suspender alguns artigos da Constituição, "incompatíveis com a democratização do país".

O "quase" depende agora da "resolução dos problemas que determinaram a guerra", podendo ser uma questão de seis ou mais meses, embora a Renamo não queira dar prazos.

Os artigos constitucionais contestados encontram-se actualmente a ser estudados no quartel-general do movimento, na Gorongosa, onde está reunido o Conselho Nacional, e o resultado desse estudo é que irá ser levado à próxima sessão das negociações de Roma, durante a segunda quinzena deste mês.

Só depois de o regime moçambicano aceitar suspender os artigos da Constituição que a Renamo contesta é que esta se dispõe a avançar para as questões militares: "O cessar-fogo será ainda este ano se a Frelimo se mostrar flexível".

José de Castro disse ao PÚBLICO que as duas delegações moçambicanas já aceitaram a entrada oficial de Portugal para a equipa de medianeiros, ao lado do Governo italiano e de entidades católicas, estando agora a tratar de alargar o processo aos Estados Unidos. Mas que a eventual presença de sul-africanos será ainda um caso a estudar, pois a Renamo nunca aceitaria que eles aparecessem aos olhos do mundo como seus "patrões". ■

Teresa Lima, em Maputo, e J.H.

PÚBLICO 17 ABRIL 1992

RENAMO FALA EM MAPUTO — A Renamo deu ontem a sua primeira conferência de imprensa na capital de Moçambique para declinar qualquer responsabilidade nos ataques "às populações das cidades", porque isso "não faria sentido (...) nesta fase de conversações de paz". O representante político do movimento rebelde moçambicano, Anselmo Vítor, atribuiu esses ataques aos "soldados da Frelimo, com problemas de logística e salários em atraso". Em termos militares — afirmou — a Renamo apenas pode ser acusada de acções militares esporádicas nas áreas dos corredores da Beira e do Limpopo. E, mesmo aí, continua, porque "os soldados da Frelimo atacam as bases da Renamo a partir destas zonas (...) e depois voltam a procurar refúgio nelas", levando alguns dos "nossos comandantes militares" a perder a paciência.

Finlândia financia hospitais de Moçambique

PÚBLICO DOMINGO, 12 ABRIL 1992

A FINLÂNDIA contribuirá com seis milhões de dólares para um projecto de recuperação de infra-estruturas sanitárias e hospitalares da província de Manica, Moçambique, segundo foi ontem anunciado em Maputo. Mais quatro milhões de dólares serão gastos pelo Estado moçambicano como verba complementar, para reabilitar diversas unidades hospitalares da província. Julho é a data marcada para o início do projecto, que prevê a assistência técnica durante dez anos. O anúncio desta decisão surge no mesmo momento em que se conhecem os números de outro dos dramas de Moçambique: mais de 30 mil pessoas enfrentam uma grave situação de fome em Sofala. Num centro de deslocados em Nhamatanda, a 90 quilómetros da cidade da Beira, as reservas alimentares esgotaram-se completamente, segundo anunciaram ontem as autoridades locais. ■

"EXPRESSO" 11 DE ABRIL DE 1992

NORPEDIP ajuda Moçambique

A NORPEDIP, que recentemente acompanhou uma missão empresarial da Associação Industrial Portuense a Moçambique, entregou já no Ministério das Finanças uma proposta para a constituição de um fundo de capital de risco em que o Estado português participaria por via dos créditos que detém sobre a ex-colónia portuguesa. Para além disso, vai em breve efectuar reuniões de trabalho com responsáveis da AI Portuense tendo em vista a «definição das complementaridades existentes nos seus principais projectos para apoio aos empresários portugueses em Moçambique», disse ao EXPRESSO uma fonte da Norpedip. Esta posição resulta do facto de, durante a missão em Moçambique, a Norpedip ter efectuado contactos com responsáveis governamentais e industriais moçambicanos que demonstraram grande receptividade aos vários modelos propostos. Destaque aqui para a proposta de modelo empresarial da AI Portuense, no qual se inclui uma entidade financeira de capital de risco a designar.

A Norpedip detém já em carteira participações em 30 empresas, num total de 2,7 milhões de contos de aplicações de risco, e agora pretende intervir também «no apoio à internacionalização das empresas portuguesas na vertente europeia e na dos PALOP», concluiu a mesma fonte.

"VENHA A NÓS O INVESTIMENTO"

A primeira reacção que um potencial investidor português tem quando chega a Moçambique e fala com algum responsável é a de que é muito bem recebido, principalmente se manifestar alguma intenção, por ténue que seja, de vir a aplicar ali uns milhares de dólares. As palavras do representante do Conselho Executivo da Beira na recepção de boas vindas à missão empresarial da Associação Industrial Portuense não podiam ser mais claras: "Seja bem vindo o investimento estrangeiro."

É claro que das palavras e boas intenções à prática vai uma grande distância. As dificuldades burocráticas e políticas ainda são grandes, mas sabe-se que a atitude geral do país é de acolhimento já ajuda muito.

Antes de mais, há a dizer que a primeira impressão que se tem da capital, o Maputo, é muito diversa da que se esperaria ao chegar "ao país mais pobre do mundo". Após um processo de reorganização da economia que dura há sete anos, a cidade possui hoje um ambiente comercial apreciável e não se verifica a falta de géneros alimentares ou mesmo de mercadorias básicas para um estilo de vida urbano. O mercado, as lojas, os restaurantes, estão razoavelmente abastecidos e nota-se um consumismo razoável, a primeira condição para a existência de um mercado mínimo, justificativo de uma produção que não sirva apenas para exportação.

O tecido económico, apesar de, geograficamente, muito limitado às maiores cidades e bairros periféricos, existe e questões como a distribuição de energia eléctrica e de água, pelo menos no Maputo, estão resolvidas já há cerca de um ano.

A mão-de-obra é extremamente barata e considerada "dócil" e, pelo menos com os portugueses, dá a impressão que não existem grandes resquícios ou sentimentos de vingança contra os "excessos colonialistas". O ambiente parece assim francamente propício ao investimento em Moçambique.

As dificuldades...

Mas, não tarda muito que se comece a encontrar as primeiras dificuldades. E as principais serão: a morosidade do complexo sistema burocrático envolvido no estudo e autorização dos projectos (ver caixa); a dramática falta de divisas fortes no país, que limita, e em alguns casos impede mesmo, a importação de matérias-primas; a tremenda escassez de trabalhadores minimamente qualificados; a ineficácia geral dos sistemas de distribuição para o interior do país, principalmente devido à insegurança; e ainda o delicado momento político das negociações de paz entre a Frelimo e a Renamo e de redefinição da política económica, até há bem pouco tempo completamente centralizada.

Outro ponto muito sensível é a raridade de parceiros credíveis para os potenciais investidores estrangeiros. Continua a ser problemático encontrar, na incipiente classe empresarial moçambicana, um sócio com um currículo empresarial que ofereça o mínimo de confiança e com quem se possa iniciar decididamente um negócio. Sujeitos durante décadas a um sistema económico dominado por complexos racistas e colonialistas e formados num sistema altamente planificado e centralizado, compreende-se que os poucos empresários existente não tenham ainda o domínio de todos os mecanismos inerentes à economia de mercado que se pretende para Moçambique.

Sobressai, no entanto, uma excepção: na área comercial, surgiu um grupo numeroso de forte espírito empreendedor. Ele conseguiu criar um sistema de abastecimento e de serviços que parece suprir as necessidades imediatas, pelo menos dos cerca de dois milhões de pessoas que habitam na área urbana e periférica do Maputo. À frente deste grupo aparece a comunidade indiana, que domina mesmo a Associação Comercial de Moçambique, recentemente formada, com a qual a AI Portuense também manteve contactos.

Perante estes factos, a proposta da AI Portuense, de criar "ninhos de empresas", apoiadas por capital de risco, foi muito bem recebida pelas autoridades moçambicanas contactadas — praticamente todos os ministros com tutela sobre as áreas económicas, financeiras e empresariais, o primeiro-ministro e o Presidente da República. O que mais terá impressionado as autoridades locais foi a vertente de formação de uma classe empresarial própria, capaz de vir a constituir um corpo de parceiros desejáveis pelos investidores estrangeiros. Como já foi amplamente desenvolvido em números anteriores do PÚBLICO, a ideia é criar "um ambiente empresarial propício ao desenvolvimento de iniciativa privada".

Além de a AI Portuense ter sido bem recebida, o seu plano conta já com a colaboração da Associação Industrial de Moçambique (Aimo) e com promessas de financiamento do IDIL — Instituto para o Desenvolvimento da Indústria Local, do Banco Popular de Desenvolvimento, do IAPMEI (Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais), do Banco de Fomento e, possivelmente, do Norpedip.

Um aviso foi, no entanto, passado aos empresários que integravam a missão da Portuense: "O exemplo do investimento português em Moçambique até agora não tem sido positivo", disse o presidente da Aimo. E esta mesma ideia foi repetida pelo presidente Joaquim Chissano. Recentemente, a presença da Fnac no país foi muito criticada pelos meios de comunicação social, tendo sido sublinhada diversas vezes a necessidade de "um relacionamento ético com os parceiros locais".

Dias antes de a missão chegar ao Maputo, alguns artigos na Imprensa mostravam uma certa hostilidade em relação ao regresso dos portugueses, que "quereriam reaver as casas e as propriedades e repetir o estilo colonialista". Para os responsáveis moçambicanos com quem contactámos, "além de representar um sector ultraminoritário de quadros intermédios, que vêem os seus privilégios perigarem, esta opinião tem origem em erros de apreciação do passado histórico colonizador, que os empresários devem, de qualquer modo, ter em conta".

O Governo moçambicano mostra-se bastante realista e reconhece facilmente todas as dificuldades que se põem aos investidores que pretendem de algum modo apostar em Moçambique. Percebe que estes não o fazem por sentimentos de "solidariedade" ou de "caridade" e que querem ver o retornos dos escudos, dólares, rands ou qualquer outra moeda forte que apliquem no país.

... e os incentivos

Com este pressuposto, é apresentado aos potenciais interessados um complexo sistema de incentivos ao investimento que, desde logo, deixa claro um ponto: o Estado moçambicano não tem dinheiro para participar de qualquer modo no financiamento de projectos.

O grosso do pacote de incentivos é de natureza fiscal: uma isenção quase completa que pode variar entre dois e 10 anos, conforme o interesse nacional que o projecto tenha; facilidades aduaneiras para im-

portações de equipamentos; os capitais investidos e os lucros exportáveis também não pagam impostos durante um período determinado. O acesso ao crédito no exterior é livre, por conta e risco do investidor, e o Estado de Moçambique não servirá em qualquer caso como garante ou avalizador. A contratação de mão-de-obra estrangeira não tem limites, embora se recomende a utilização de mão-de-obra nacional e haja uma diferença no tratamento fiscal dos trabalhadores,conforme sejam ou não oriundos do exterior.

Um ponto interessante e que logo suscitou vários pedidos de informação dos empresários presentes numa sessão com o GPIE foi o anúncio de que o triplo do montante gasto com a formação profissional dos trabalhadores moçambicanos será dedutível na carga fiscal das empresas. Ficou também claro que a legislação laboral em vigor é praticamente decalcada da que existe em Portugal.

O grande problema com este conjunto de incentivos é que são negociados caso a caso. Não existe uma norma que defina claramente que tipo de empresas ou de investimentos têm direito ou poderão requerer este ou aquele nível de isenções fiscais, ou um determinado "plafond" de divisas estrangeiras para aquisição de matérias-primas destinadas à produção. Tudo depende da noção de "interesse nacional".

O dito "interesse nacional" está especificado de forma vaga: "Todos os projectos que contribuam para o aumento da produção, que aumentem a exportação e a entrada de divisas, que diminuam o défice da balança de pagamentos, que mantenham os postos de trabalho e diminuam o desemprego, que recuperem infra-estruturas, são de interesse nacional." É, como se vê, muito pouco para um processo enfrentar a série de gabinetes que o esperam, para um empresário poder optimizar o sistema de incentivos sem perder a paciência nas sucessivas negociações obrigatórias.

Mais fácil parece ser, de facto, encontrar um parceiro, que conheça bem o sistema e as "pessoas que decidem". Ganha-se >> >> tempo, é certo, mas não se espere qualquer favor adicional por isso. O Governo não trata de modo diferente empresas ou projectos que resultem da associação de moçambicanos com estrangeiros.

As prioridades de Moçambique

Quanto a oportunidades, elas parecem muitas. O país precisa de quase tudo: infra-estruturas várias, bens de equipamento, bens de consumo, produtos alimentares. Existem, além disso, hipóteses de exploração de minérios e das riquezas piscatórias e agrícolas. No âmbito das prioridades, o Governo do Maputo inclui os sectores agrícola e agro-alimentar, florestal, de irrigação, energia, engenharia química, exploração da borracha, metalurgia e metalomecânica, reconstrução de estradas, construção civil, turismo e portos e caminhos-de-ferro.

O que não há é dinheiro. Até porque todo o sistema de ajuda internacional, que contribuiu até agora para o crescimento dos últimos anos, "secou" quase completamente, devido a uma série de decisões de organismos internacionais que definiram como prioridade para este país a diminuição da sua dívida global externa.

Para já, a maioria dos empresários portugueses que se têm deslocado ao país, incluindo uma boa parte dos que integraram esta missão da AI Portuense, tem-no feito numa óptica quase só comercial. E, aparentemente, com algum sucesso. Não faltam encomendas e garantias de pagamento. Roupas, alimentos, medicamentos, electrodomésticos, equipamentos industriais, foram vendidos durante a semana passada e até desejos de representação de marcas como a Rolls Royce foram manifestados.

Mas, no essencial, apenas foram adiantados dois ou três projectos de investimento concreto, o que terá constituído o ponto mais crítico da missão da AI Portuense. Isso mesmo terá levado o presidente da Associação, Ludgero Marques, a preconizar uma "maior selecção" dos inscritos em futuras comitivas, de modo a levar maioritariamente empreendedores "que manifestem reais intenções de investimento".

Ao nível institucional, a missão também obteve êxito. Os dirigentes da AI Portuense foram recebidos por diversos governantes e a comitiva encontrou bom acolhimento em todos os locais a que se deslocou.

A coroar o sucesso, na noite do último sábado, o próprio presidente Joaquim Chissano esteve presente na recepção oferecida pela Associação, num sinal político evidente de apoio aos empresários portugueses.

Este apoio teve efeitos quase imediatos e a manhã da segunda-feira seguinte — último dia em Moçambique — revelou-se muito produtiva para os empresários. Para além dos contactos que se multiplicaram e apareceram visivelmente facilitados, desbloquearam-se reuniões e situações burocráticas que durante toda a semana tinham sido particularmente complicadas.

A benevolência reinante ficou bem clara no aeroporto do Maputo: a saída dos portugueses fez-se sem qualquer burocracia, como se se tratasse de portadores de malas e passaportes diplomáticos. Mesmo sem o sempre indispensável controlo de divisas. ■

PÚBLICO 13 ABRIL 1992

TRABALHOS DE HÉRCULES OU O JOGO DA GLÓRIA?

A grande queixa dos empresários estrangeiros que desejam investir em países como Moçambique é a burocracia. Aliada a um ritmo de resolução muito mais lento do que aquele que os ocidentais estão habituados e à dificuldade em encontrar os interlocutores mais indicados, a burocracia é um obstáculo considerável, que leva a perder muito tempo, dinheiro e a paciência.

O processo de investimento pode considerar-se como um conjunto de passos e tarefas comparável aos trabalhos de Hércules ou ao Jogo da Glória, onde a cada momento se poderá ter que voltar a iniciar tudo de novo.

Vejamos qual é o esquema em Moçambique, na "simplicidade" da explicação dada pelos responsáveis pelo Gabinete de Promoção do Investimento Estrangeiro (GPIE):

1º — O potencial investidor deve fazer a prospecção e o estudo dos sectores em que está interessado, identificar as oportunidades e, eventualmente, encontrar os parceiros nacionais adequados. Tudo isto por sua conta e risco. Podemos acrescentar a utilidade de perceber o mais rapidamente possível quem são os interlocutores na máquina estatal que podem "olear" os trâmites que se seguem.

2º — Elaboração da proposta ao GPIE, de acordo com um guião existente, e que deve incorporar o máximo de informação possível de modo a evitar sucessivos pedidos de novos dados. Refira-se que não existe qualquer formulário normalizado para o efeito e que o guião é uma espécie de guia geral sem qualquer especificidade. A proposta deve ser enviada em quatro exemplares.

3º — As autoridades fazem uma primeira apreciação do projecto, considerando qual o seu interesse nacional, segundo os parâmetros referidos no texto principal.

4º — Segue-se a preparação dos termos das negociações de incentivos entre o empresário e o Estado para a autorização final, que inclui itens como a consignação da quantidade de moeda externa para importação de matérias-primas e de mão-de-obra externa, período de utilização ou de duração do investimento, etc.

5º — Acordo nestes aspectos específicos.

6º — O documento final segue para apreciação de uma comissão especial interministerial — que inclui representantes de todos os ministérios cujas áreas abranjam qualquer aspecto do projecto — que dará o aval definitivo. Estas comissões chegam a integrar mais de uma dúzia de diferentes entidades.

7º — A proposta final vai depois ao ministro do Plano, ou mesmo ao Conselho de Ministros, se o "interesse nacional" assim o determinar.

8º — Nestas últimas reuniões podem surgir objecções e todo o processo negocial recomeça nos pontos em dúvida, o que pode implicar o retomar de todo o caminho já percorrido.

9º — Só falta a legalização da sociedade. É a ida ao notário para o seu registo. E aqui ainda podem surgir obstáculos sérios: é preciso garantir com antecedência se a empresa a ser recuperada ou os terrenos onde se pretende instalar uma nova têm o seu registo de propriedade bem definido. Não seria a primeira vez que um empresário veria todo o seu projecto de investimento ir por água abaixo porque se descobriu que os antigos donos de uma empresa ou de terrenos agora estatais tinham direito à sua posse e fizeram a respectiva reclamação...

Como se vê, não é fácil investir em Moçambique: o risco é elevado, mas, com os contactos certos e uma negociação cuidadosa, é possível fazer bons negócios.

O tempo necessário para levar a bom porto as intenções variam entre três meses (se tudo estiver em ordem e não houver muitos ministérios metidos "ao barulho") e os dois anos. As dificuldades mais evidentes estão fora do processo técnico e relacionam-se mais com a política de privatização em curso, que podem implicar pré-qualificações e concursos demorados, e ainda com problemas políticos.

Neste panorama, aparecem como mais facilitados e mais rápidos os contratos de cessão de exploração e os projectos de raiz, uma vez que ou não implicam questões de propriedade ou então apenas cedências de terrenos. ■ R.G.

PORTUGAL É O TERCEIRO INVESTIDOR ESTRANGEIRO

Portugal é, neste momento, o terceiro maior investidor directo estrangeiro em Moçambique, logo atrás da Grã-Bretanha e da África do Sul, e à frente dos Estados Unidos, apurou o PÚBLICO junto do Gabinete de Promoção ao Investimento Estrangeiro (GPIE) moçambicano.

Os números apurados respeitam ao período compreendido entre 1985 e o fim do ano passado. Os portugueses investiram na sua antiga colónia um total superior a 15,3 milhões de dólares (cerca de 2,25 milhões de contos), contra 42 milhões de dólares da Grã-Bretanha, 16,4 milhões da África do Sul e 14 milhões dos Estados Unidos. Estes números dizem respeito aos montantes directamente aplicados em empresas moçambicanas pelos países referidos e excluem, naturalmente, quaisquer comparticipações nacionais ou de outras entidades co-financiadoras.

O caso português é particularmente curioso, já que, do total referido, mais de metade do investimento foi realizado durante o ano passado — mais de oito milhões de dólares. A grande distância a que a Grã-Bretanha se encontra nesse "ranking" explica-se ainda pelo facto de a British Petroleum (BP) estar em força em Moçambique, assegurando quase em exclusivo a distribuição de combustíveis no país.

Os sectores em que os projectos portugueses se concretizaram em 30 operações de investimento distribuem-se pela agricultura (4), transportes e comunicações (6), pesca (1), indústria (7), recursos minerais (1), construção e obras públicas (6) e outros (5).

Refira-se que o total de investimentos aprovados a partir da actividade do GPIE entre 1985 e 1991 foi de 110, num total de 350 milhões de dólares, com a maior parte a ser concretizados em 1990. Em 1991, o número de processos caiu para metade — precisamente o ano em que os portugueses mais investiram — devido à suspensão dos projectos ligados ao turismo, que Moçambique decidiu repensar, devido ao número de intenções manifestadas. Está programada ainda para este ano uma Conferência Nacional sobre o Turismo, em que toda a política para o sector vai ser definida. ■ R.G.

PÚBLICO — 12 ABRIL 1992

São Tomé e Príncipe

MLSTP quer derrubar Governo

A SITUAÇÃO política em São Tomé e Príncipe conheceu este fim-de-semana um novo desenvolvimento: o principal partido da oposição, o MLSTP/PSD, divulgou um comunicado em que declara publicamente que vai desenvolver um conjunto de acções com vista a derrubar o Governo de Daniel Daio, formado após as eleições legislativas de Janeiro do ano passado.

Armindo Vaz de Almeida, secretário-geral adjunto do MLSTP/Partido Social Democrata, diz categoricamente no comunicado: "Iremos usar todos os meios democráticos que a Constituição e as leis nos proporcionam para fazer cair este Governo, responsável pela diminuição brutal do poder de compra das populações e pela tendência autoritária que o poder revela actualmente."

O MLSTP afirma-se bastante desiludido com a atitude do Presidente da República, Miguel Trovoada, que não tomou de imediato a decisão de demitir o Governo, contestado por uma parte da população. Antes anunciou que vai convocar uma sessão extraordinária da Assembleia Nacional e prosseguir contactos com diversos sectores da sociedade, àcerca da presente crise.

Fonte do partido que dirigiu o país de 1975 a 1991 disse ao PÚBLICO que este vai organizar nos próximos dias, juntamente com o CODO/Partido Democrático de São Tomé, que tem apenas um deputado, uma grande manifestação antigovernamental, a fim de forçar a demissão de Daio e do seu Governo.

Ontem de manhã, o Partido da Convergência Democrática (PCD), no poder, reuniu a Comissão Política, mas não explicou como é que tenciona fazer face à forte contestação de que está a ser alvo. E hoje deverá reunir o Conselho Nacional, admitindo-se que este aceite a idéia de Daio se demitir, em vez de esperar que o Presidente da República o demita.

Tanto a bancada parlamentar como a Comissão Política do PCD se encontram aparentemente divididos sobre a melhor forma de responder à contestação de que o Governo está a ser alvo: uns aceitam a hipótese da demissão, mas outros — mais radicais — alegam que isso seria ceder demasiado aos desejos de Miguel Trovoada e de "uma minoria insignificante" de populares que na quarta-feira se manifestaram contra Daniel Daio. ■

Manuel Barros, em São Tomé

São Tomé e Príncipe

PÚBLICO QUINTA-FEIRA, 9 ABRIL 1992

Manifestação contra Governo

FORAM pouco mais de 2000 as pessoas que ontem se manifestaram em frente ao Palácio Presidencial de São Tomé e Príncipe, exigindo a imediata demissão do primeiro-ministro, Daniel Daio, e do seu Governo, que há 14 meses se encontram no poder.

Os manifestantes, muito menos do que se tinha previsto, gritavam "o povo põe o povo tira", "Daio vai para casa", colocando Miguel Trovoada perante um dilema: "Ou o sr. Presidente tira Daniel Daio e o seu Governo ou será um Presidente impopular".

O Chefe do Estado — eleito com o apoio do Partido da Convergência Democrática-Grupo de Reflexão, base do actual Governo — recebeu uma delegação dos manifestantes em que se encontrava Lázaro d'Assunção, na semana passada detido durante algumas horas por ordem do ministro do Equipamento Social e Ambiente, Oscar Sousa, que substituía então o seu colega da Defesa, Albertino Bragança, ausente em Portugal.

Ontem à noite estava-se à espera que o Presidente Trovoada efectuasse uma comunicação ao país, enquanto os organizadores da manifestação diziam que só não estivera mais gente na mesma devido a uma grande intimidação que durante a noite anterior teria sido exercida por parte do Governo: "Em quase todas as localidades fomos ameaçados com balas, jactos de água, prisão e desemprego".

Ao fim da tarde, um grupo de vendedeiras ambulantes colocou-se aos gritos frente ao gabinete do primeiro-ministro: "Não mates os nossos filhos com a tua política de má fé".

Era o avolumar de uma crise desde há meses latente e mais um passo para a possível queda do Governo. ■

Manuel Barros, em São Tomé

BAD contra nacionalizações na África do Sul

PÚBLICO SÁBADO, 11 ABRIL 1992

O PRESIDENTE do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Babacar N'Diaye, desaconselhou as nacionalizações na África do Sul e manifestou a esperança de que este país adira rapidamente àquela instituição bancária.

"As nacionalizações têm pouca possibilidade de favorecer o crescimento económico na África do Sul. Uma repartição mais justa das riquezas será mais fácil de atingir através de políticas de crescimento, que ajudarão a reduzir o fardo da pobreza", acrescentou N'Diaye. Estas declarações foram feitas no final de uma visita de uma delegação do BAD à África do Sul.

As nacionalizações foram defendidas durante bastante tempo pelo Congresso Nacional Africano (ANC), o que inquietava os investidores estrangeiros. No entanto, um dos responsáveis do movimento, encarregado dos assuntos económicos, Tito Mboweni, declarou recentemente à imprensa sul-africana que o ANC vai rever a sua política neste domínio, "sem cessar os esforços para democratizar a economia".

Tito Mboweni acrescentou que o ANC incentivará a adopção de um imposto sobre as sociedades, cuja finalidade é a redistribuição das riquezas, ao mesmo tempo que anunciou um projecto de legislação para atrair investimentos estrangeiros, com o objectivo expresso de captar cerca de dez mil milhões de dólares (cerca de 1400 milhões de contos por ano).

Por seu lado, Babacar N'Diaye afirmou esperar que a África do Sul se torne membro do BAD antes do final de 1994, lembrando que a admissão à Organização de Unidade Africana é uma condição prévia indispensável para a adesão àquele banco. ■

PÚBLICO SEGUNDA-FEIRA, 13 ABRIL 1992

Acusações contra Winnie Mandela

O MOTORISTA de Winnie Mandela, John Morgan, veio agora dizer que o ano passado mentiu no tribunal para a proteger da acusação de sequestro, espancamento e morte de um jovem. Já dias antes, outra ré do mesmo processo, Xoliswa Falati, afirmara ter escondido dos juízes toda a culpabilidade da mulher de Nelson Mandela, que está assim em perigo de perder o recurso interposto da sentença que a condena a seis anos de cadeia. Winnie continua a ser a mais controversa figura do ANC, tendo a imprensa admitido recentemente que venha a abandonar o movimento e até mesmo toda a actividade política. ■

EXPRESSO, SÁBADO 11 DE ABRIL DE 1992

CE levanta embargo petrolífero a Pretória

A COMUNIDADE Europeia resolveu levantar o embargo sobre as exportações de petróleo para a África do Sul, assim como as outras sanções envolvendo contactos científicos, culturais e desportivos. Apenas vão permanecer o embargo sobre exportações e importações de armamentos e a cooperação militar e nuclear.

A decisão foi tomada como resposta ao resultado do referendo do mês passado, no qual a população branca aprovou o desmantelamento do «apartheid» e negociações com a maioria negra para a elaboração de uma nova Constituição. A CE espera contribuir assim para novos passos positivos, especialmente a formação de um Governo provisório.

Entretanto, o advogado de Winnie Mandela rejeitou como especulativas notícias veiculadas pela imprensa sul-africana e internacional que a implicam no assassínio de um médico negro do Soweto, por alegada recusa deste em ser conivente em crimes atribuídos à activista do ANC. Um jornal cita, sobre o alegado assassínio, declarações feitas por Xoliwa Falati, condenada com Winnie num processo de rapto e espancamento de menores, um dos quais foi encontrado morto. Estas notícias coincidiram com a de que o casal Mandela estaria em vias de separação formal, após quatro meses a viver em residências separadas.

Presidente da OUA aplaude De Klerk

PÚBLICO

BÂNGUI 11 ABRIL 1992

O PRESIDENTE da Nigéria e da OUA, general Ibrahim Babangida, comparou o seu homólogo sul-africano, Frederik de Klerk, aos heróis da luta contra o "apartheid" Steve Biko, Nelson Mandela e Desmond Tutu.

Num banquete oferecido quinta-feira à noite a De Klerk, em Abuja, a nova capital nigeriana, Babangida concordou com a doutrina de Pretória quanto à divisão do continente em quatro grandes zonas de influência: a setentrional, a ocidental, a oriental e a austral, respectivamente a cargo do Egipto, da Nigéria, do Quénia e da África do Sul.

Frederik de Klerk está assim a colher os frutos do voto "Sim" registado no referendo do passado 17 de Março, quando a grande maioria dos eleitores brancos (68 por cento) votou a favor das reformas implementadas desde o início de 1990.

Depois da sua vitória, De Klerk recebeu felicitações de todos os cantos do mundo; mas o prémio mais apreciado foi o dos elogios feitos pelo Presidente da maior potência negra, que é precisamente a Nigéria, agora na presidência da Organização de Unidade Africana (OUA).

Um dos principais tópicos na agenda das conversações de Abuja foi a possibilidade de a África do Sul se integrar como membro da OUA. E espera-se que isso não tarde, principalmente agora que Babangida se prontificou a cooperar com Pretória para o desenvolvimento geral do continente africano.

No campo diplomático, vários países anunciaram planos para modificar as suas relações com a África do Sul. Um embaixador já substituiu na quinta-feira o encarregado de negócios do Brasil na capital sul-africana; a ministra dos Negócios Estrangeiros do Canadá, Barbara McDougal, encontrou-se com o Presidente Frederik de Klerk na Cidade do Cabo; a Comunidade Europeia levantou sanções sobre produtos petrolíferos; uma delegação do Governo zimbabweano manteve, pela primeira vez, conversações a nível ministerial com o Governo sul-africano...

Atrair o PAC

No palco político nacional, a vitória do "Sim" aumentou a pressão sobre o Congresso Pan-Africanista (PAC) para abrir contactos oficiais com o Governo, e participar na Convenção para uma África do Sul Democrática (Codesa). No Congresso anual do PAC, realizado no passado fim-de-semana, em Umtata, a capital do Transkei, o representante pessoal do Presidente nigeriano apelou ao movimento para abandonar as suas posturas radicais e para participar nas negociações constitucionais.

Se o PAC simplesmente aceitasse os conselhos do representante nigeriano, estaria também a aceitar as exortações do ANC e do Governo sul-africano. Mas a liderança do PAC sempre manteve que não se encontraria com o Governo dentro das fronteiras sul-africanas. E afirmou que só aceitaria negociar sob a mediação de uma entidade neutra e estrangeira.

O representante do dirigente nigeriano mostrou-se à altura das circunstâncias, e propôs uma reunião entre uma delegação do Governo sul-africano e uma do PAC, a realizar em Abuja, sob a mediação do general Ibrahim Babangida.

O encontro ficou marcado para ontem, no âmbito da visita do Presidente De Klerk à Nigéria, e deveria abrir caminho para o PAC, partido de extrema esquerda participar na Codesa.

O próximo passo será convencer a extrema direita a aproximar-se também da mesa das negociações. ■

Steven Lang,
em Joanesburgo

Rei Zulu em Lisboa

PÚBLICO

QUARTA-FEIRA, 8 ABRIL 1992

O REI dos Zulus, Goodwill Zwelethini, visita Lisboa a partir de hoje a convite do Duque de Bragança, seguindo para o Funchal no próximo dia 10. Segundo o gabinete do Duque de Bragança a visita à Madeira do rei dos Zulus deve-se a José de Castro Mateus, um industrial de origem madeirense radicado na África do Sul. Nesta primeira deslocação a Portugal, Zwelethini, chefe da maior etnia negra sul-africana, será recebido em audiência por Mário Soares. O Duque de Bragança visitou no ano passado o monarca zulu no território de Kwazulu, autónomo desde 1970 no qual vivem cerca de 5,4 milhões de zulus e que se estende por uma área de 29.000 quilómetros quadrados, cerca de 35 por cento da superfície da província do Natal, na costa oriental da África do Sul. ■

Depois do êxito na Nigéria

De Klerk apedrejado no Cabo

Jorge Heitor

Frederik de Klerk, homem muito mais apreciado no estrangeiro do que no seu próprio país, teve ontem de manhã de cancelar o primeiro comício de uma campanha entre as populações não-brancas da África do Sul, pois que foi recebido à pedrada na zona de Mitchell's Plain, na província do Cabo.

Pequenas pedras, uma garrafa e pelo menos um ovo foram arremessados contra a comitiva presidencial, enquanto a polícia teve de escoltar De Klerk para fora do recinto em que deveria falar a cerca de 4 mil pessoas, numa localidade essencialmente habitada por mestiços.

"O Presidente foi atingido, mas não ficou ferido", declarou o porta-voz do Partido Nacional, Carel Greyling, depois de o ministro da Educação Mestiça, Abe Williams, ter protegido Frederik de Klerk com um cartaz e de responsáveis do ANC (possivelmente ultrapassados pelo radicalismo das suas bases) haverem procurado acabar com a agressão.

"O apedrejamento foi totalmente inaceitável. Não hesitamos em o condenar", disse um representante daquele movimento, Willie Hofmeyer, para que não houvesse quaisquer dúvidas de o ANC ser oficialmente alheio a comportamentos violentos contra o Chefe do Estado.

De Klerk iniciava em Mitchell's Plain uma campanha para conseguir alistar cidadãos mestiços nas fileiras do Partido Nacional, que durante muitos anos foi exclusivamente constituído por brancos e agora se vira para todos os grupos étnicos, tendo em conta que as eleições passam a ser multirraciais.

O Presidente também tem na sua agenda deslocações a bairros negros e indianos, pois que aponta para a possibilidade de o actual partido governamental vir a conseguir pelo menos 20 por cento do eleitorado nas primeiras eleições livres de todo o povo sul-africano, ficando como a segunda força do país, a seguir ao ANC.

O Governo, o partido que o apoia, o ANC e uma série de outros grupos políticos e sociais estão a elaborar os pormenores de uma administração interina que deverá ser formada dentro dos próximos quatro meses.

Os incidentes de ontem ocorreram um dia depois de Frederik de Klerk haver regressado de uma visita histórica à Nigéria, onde foi felicitado pelo Presidente Ibrahim Babangida e deu mais um passo para que a África do Sul seja em breve aceite como novo membro da Organização de Unidade Africana (OUA).

Um homem lançou a dada altura uma corda contra o automóvel blindado do Chefe do Estado e gritou: "Enforquem-no. Enforquem o filho da puta".

Mais tarde, De Klerk comentaria: "Não nos calarão com ameaças. Levaremos a nossa mensagem ao povo da África do Sul. É uma mensagem de esperança para todos os sul-africanos".

Perante o ambiente algo hostil existente entre alguns dos presentes, a polícia ajudou o Presidente a sair da grande tenda onde ia falar; e homens armados conduziram o seu veículo oficial para longe da multidão.

Partidários mestiços do Governo trocaram insultos e murros com simpatizantes do ANC, de Nelson Mandela, enquanto o malogrado comício degenerava em caos, sem que se tivesse percebido muito bem de quem era a verdadeira responsabilidade dos incidentes.

Se bem que o ANC tenha vindo depois a condenar a violência, a verdade é que — segundo o relato de agências noticiosas, designadamente da Reuter — um militante daquele movimento, Michael Cedric, foi visto a agitar uma bandeira do mesmo, enquanto conduzia um grupo de pessoas que gritava "Frederik Willem, vai para casa!".

Outro grupo ergueu depois uma bandeira do Partido Nacional e gritou: "F.W. é o nosso homem", enquanto acenava cartazes em que se lia "Amamos De Klerk" e "De Klerk é o nosso futuro".

No comunicado que posteriormente fez distribuir, o controverso Presidente da África do Sul congratulou-se: "Fiquei esmagado com o entusiasmo vibrante da recepção".

Na véspera, o cortejo motorizado em que circulava o líder do ANC, Nelson Mandela, fora alvejado a tiro, sem consequências, durante uma visita ao Norte da província do Natal. ■